

Limites da interpretação diante das experiências traumáticas infantis

Nívea de Fátima Gomes¹

No início de sua prática clínica, Freud deparou-se com casos de pacientes – suas neuróticas - cujas histórias traziam episódios que, não podendo ser pensados e verbalizados livremente, eram cifrados e se expressavam pela via corporal. Em psicanálise, o sofrimento apresentado no corpo fora teoricamente articulado às defesas – mais tarde, denominadas recalcamto – que causaram as lacunas na memória, donde a afirmação de que as históricas sofrem de reminiscências.

De modo correlato, em toda a história da técnica psicanalítica, sua eficácia está atrelada à ampliação da memória consciente, num movimento oposto ao deflagrado pelo recalcamto, quer designemos com este termo o que fora defensivamente banido da consciência em direção ao inconsciente ou o que, uma vez inconsciente, é impedido de tornar-se consciente (Freud, 1915). Tal propósito (a ampliação da consciência) se faz presente aquém e além do momento de introdução e da ascensão do recurso interpretativo na psicanálise.

Assim sendo, a interpretação analítica é empregada para fazer frente ao recalcado e às suas reverberações – os sintomas - para além dos recônditos da mente inconsciente. Encontra-se na literatura uma importante relação de afinidade entre o recalcamto e a interpretação, ao menos a interpretação nos moldes freudianos². Melanie Klein, vale lembrar, situou o recalcamto na base de sintomas e inibições que a interpretação há de ajudar a desmontar.

Essa articulação entre o recalcamto e a interpretação abre muitas questões, pois ou o uso da interpretação fica estreitado aos casos em que esta defesa operou - encontrando seus limites frente a outras defesas - ou sua eficácia e sua aplicabilidade devem ser redimensionadas, ampliadas. Conjugada à questão sobre os mecanismos de

¹Psicóloga, mestranda em Psicologia pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, bolsista CAPES.

² Uchitel, por exemplo, a coloca nos seguintes termos: “Pensar o sujeito do inconsciente como fruto do recalque, organizado em torno da ordem simbólica, é perceber o sujeito como obra exclusiva de um dos destinos pulsionais, aquele pelo qual o pulsional se inscreve no universo da representação mediado pela operação do recalque. Mas *o sujeito não é só recalque; nem todo pulsional fica inscrito*, e aquilo que não fica, ou não acedeu ainda à inscrição, também produz efeitos. Não obstante, a *interpretação alude* (tomando como referência especial os textos freudianos) *a um trabalho com o representável, com o representante representativo da pulsão, com aquilo que foi inscrito: decifrando, dando ou trazendo o sentido que ficou oculto pelo efeito do recalque*” (Uchitel, 1997, p. 12, itálicos meus).

defesa, surge outra que concerne à relação entre a interpretação e a estrutura psíquica, questão esta fomentada pelo fato de o recurso interpretativo não ser aplicável de modo exclusivo a um ou outro encaminhamento estrutural que a criança esteja tomando (psicose, neurose ou perversão).

Considerando-se a conclusão freudiana de que “o recalco não abrange tudo que é inconsciente” (Freud, vol. XIV, 1915, p. 171), talvez possamos complementá-la, afirmando que a interpretação analítica não é concernente a tudo que, no psiquismo do sujeito, é inconsciente e está fora do pensamento consciente imediato.

Aqui, começamos a apontar para os limites da interpretação, os quais, de acordo com a hipótese trabalhada no presente texto, estão articulados a experiências traumáticas muito intensas e à modalidade de defesas psíquicas que entraram em operação.

Neste trabalho, vale esclarecer, não estamos centrados na discussão da eficácia da interpretação na clínica infantil, pois cremos que a mesma está suficientemente demonstrada. Antes disso, nos propomos a repensar o alcance e a centralidade da interpretação como recurso terapêutico diante das urgências da clínica infantil contemporânea, supondo-se que em determinados casos a interpretação deva estar temporariamente excluída e outras intervenções sejam prioritárias. Por vezes, a própria qualificação de uma intervenção como interpretativa ou não gera dúvidas, pois a interpretação pode ser proferida em diferentes níveis de profundidade e ser de diferentes “tipos” (falamos, por exemplo, em interpretações que confrontam, que dão contenção, que são explicativas etc). As discussões em torno da definição da interpretação também não fazem parte da proposta central desse trabalho.

Em torno dos limites da interpretação, ainda há muitos questionamentos em aberto, mas não por tratar-se de uma discussão nova. No terreno da análise infantil, desde seus primeiros momentos, o método interpretativo é problematizado; por vezes, considerado desnecessário ou prejudicial ao processo analítico.

Os pioneiros na psicanálise com crianças detinham-se à interpretação rara e superficial ou chegavam à abstenção total de comunicação interpretativa. Por volta de 1920, quando Melanie Klein – um dos nomes fundamentais na criação da análise de crianças – inicia sua prática analítica com crianças, observou que “tratava-se de um princípio estabelecido que as interpretações deveriam ser dadas muito parcimoniosamente” (Klein, vol. 3, 1955 [1953], p. 150). Essa atitude geral na clínica infantil foi contestada por Klein, que acrescenta a algumas contribuições alcançadas por

seus predecessores “a interpretação, a única apta a produzir efeitos especificamente psicanalíticos” (Petot, 1991, p. 94). Assim, a interpretação tal como Klein a praticou e recomendou em diversos textos – de forma profunda e consistente - transformou-se no principal aspecto distintivo de sua proposta metodológica.

Uma sólida argumentação foi oferecida por Klein para justificar a pertinência da interpretação no sentido de colocar e re-colocar a análise em marcha rumo à gradual resolução dos conflitos infantis, o que a prática clínica freqüentemente vem corroborar. Para esta autora, apenas a análise é capaz de provocar um impacto analítico pleno, ao favorecer, por exemplo:

- a restauração e desdobramento do brincar, que tem a validade de sinalizadores da legitimidade da interpretação;
- a resolução da ansiedade e das defesas que a sustentam, eixo para o analista tecer sua interpretação;
- a resolução da transferência negativa;
- a integração do ego, empobrecido por maciças projeções de suas partes;
- a liberação da energia dispendida para manter a repressão e, por conseguinte, o direcionamento dessa energia para a sublimação em novas habilidades e interesses.

Klein não fala sobre a abstenção da interpretação a não ser em caráter de exceção à regra³, ficando lacunas em seus escritos sobre os limites dessa ferramenta. Segundo as críticas que lhe foram rendidas, Klein supervalorizou de tal modo esse recurso que incidiu no equívoco de um “furor interpretativo”. Nesta conjuntura de críticas e problematizações, muitos analistas passaram a se abster desse recurso, julgando que o brincar nos setting analítico, por si só, ajudaria a criança a elaborar seus conflitos, o que representou, a nosso ver, um retrocesso a um ponto anterior à demonstração kleiniana da eficácia interpretativa.

Não compartilhamos a crença de que o brincar no setting, por si só, possa substituir o alcance do recurso interpretativo. Por outro lado, a propósito da discussão sobre a centralidade de tal recurso, cremos que em determinados casos seja possível substituí-lo por outros modos de intervenção analítica.

³ Melanie Klein refere-se, a propósito da análise de Egon, com quem brincou em silêncio durante várias semanas se dar nenhuma interpretação: “Eu nunca havia ainda visto numa análise qualquer vantagem decorrer de uma política de não-interpretação” (vol. III, p. 88)

Farei exposição de um fragmento de caso que, por tratar-se estritamente de um processo de psicodiagnóstico e por sua relativa simplicidade, permitiu-me prescindir da interpretação, ao menos parcialmente. Há uns 2 anos, quando atendi Lia, uma criança de 5 anos, evitei o uso de interpretações e os recursos empregados ficaram basicamente circunscritos ao roteiro lúdico. Não se tratava de uma criança gravemente acometida, pelo contrário, era uma criança com uma problemática pontual frente a um desenvolvimento geral satisfatório. A criança mostrava-se, a uns três meses, bastante dependente dos pais, notadamente da mãe, no horário de dormir, solicitando, à base de choro e gritos, a presença de um deles em seu quarto ou permanecer no centro da cama do casal. Nessas ocasiões, por algumas vezes, retirou toda sua roupa enquanto dormiam, o que só era percebido na manhã seguinte. O pai interpretou que ela devia sentir muito calor à noite. Buscaram ajuda quando agravou-se a interferência desses comportamentos de Lia na rotina e intimidade do casal.

Lia não verbalizava sobre essas dificuldades nos nossos encontros, referindo-as a si, mas as representava ludicamente. Nossas brincadeiras frequentemente tinham como roteiro a preparação para o momento de colocar as bonecas para dormir: arrumar a roupa, a cama, preparar lanche, e daí em diante. Nesse ritual, havia também a curiosa tarefa de medir a temperatura das bonecas, que estavam sempre febris: «150, 300 graus!», dizia Lia. Em nosso 3º encontro, enquanto brincávamos com as bonecas, ela dizia sobre o «trabalho» que uma delas dava ao ser colocada para dormir e queixou-se que o pijaminha delas caíam durante o sono. Havia vários retalhos na caixa de brinquedos e resolvi confeccionar pijaminhas para as bonecas-meninas que estavam sob o meu cuidado. Os novos pijaminhas tinham fitas e lacinhos (uma espécie de roupão de banho) que poderiam impedir que ficassem caindo. Ela ficou entusiasmada com a idéia e quis fazer o mesmo para as suas bonecas. Esse problema não reapareceu em nossas dramatizações. Além disso, Lia colocou almofadas entre as camas das bonecas para impedir que uma fosse para a cama da outra. As queixas dos pais também não se repetiram e o trabalho foi finalizado após o quarto encontro com a criança.

Sem que fosse dada uma interpretação para a criança sobre as fantasias que supostamente alimentava em relação à intimidade dos pais e o ressentimento de estar excluída do «festim» noturno, saídas apareceram no nível lúdico, de um modo simbólico e repercutiram a nível de sua própria dinâmica psíquica e história de vida. A interpretação verbal foi aqui substituída por uma intervenção da analista em ato. Ato que que significava um modo de contenção da excitabilidade da criança ao oferecer-lhe

um invólucro ou continente representado pelos tecidos. Ao afirmar que, neste caso, foi possível prescindir da interpretação, também queremos deixar entendido que a mesma poderia ter sido beneficentemente empregada.

Após exemplificar a *possibilidade* de substituir uma intervenção interpretativa verbal, voltemos ao ponto central desse trabalho: a *necessidade* de fazê-lo em determinados casos. Queremos sublinhar a diferença entre a possibilidade e a necessidade desse enquadre técnico aberta por cada caso clínico.

Trazendo contribuições na direção de uma investigação crítica do método interpretativo, Sílvia Bleichmar (*apud* Dittmar, 2008, p. 227, 228, itálicos meus) afirma que a aplicação do método clássico freudiano, «que visa tornar consciente o inconsciente recalçado», tem restrições e clarifica o cenário psíquico que permite a aplicação do referido método: os sistemas inconsciente e pré-consciente devem estar constituídos – por operação do recalque originário – e, por conseguinte, um conflito intersistêmico estará em ação no psiquismo. As situações restritivas se esclarecem e justificam sua proposta, qual seja, «a abertura de um campo de redefinição de intervenções analíticas a produzir-se nos *tempos de constituição psíquica*, assim como nas situações nas quais se produz um *fracasso nesta constituição* (por exemplo, em processos não neuróticos em pacientes adultos)».

Interessados no conhecimento das condições que contra-indicam a interpretação, somos reportados, então, aos casos em que a tópica psíquica ainda está em constituição e/ou em que as crianças se deparam com condições que desfavorecem/impedem o êxito nesse processo constitutivo, como supomos ocorrer mediante experiências traumáticas intensas, as quais teriam a força de dismantelar as bordas das instâncias psíquicas (como nas psicoses).

Ao lado do recalçamento, localizam-se a possibilidade de representação, simbolização, associação e elaboração de uma vivência traumática, contexto no qual a interpretação poderá colher sua eficácia. Por outro lado, um evento traumático, de acordo com a proporção do impacto e dos danos psíquicos acarretados, poderá convocar outras defesas mais poderosas e primitivas (como as projeções maciças e a denegação) e montar outra constelação psíquica, o que, com certeza, demarcará os limites da interpretação. Perante o trabalho interpretativo, o traumático não-simbolizado, que não é pensado, fantasiado, sonhado e integrado ao restante da vida mental, poderá manter-se inatingível.

Nessas condições referidas, a interpretação estaria suspensa ou a serviço de outros objetivos (que não a evocação do recalcado)? Seria de um tipo particular, seria dirigida a alguns elementos eleitos ou, por outro lado, seria contra-indicada a despeito dessas nuances? Tantas indagações indicam-nos que a problematização em torno da interpretação não diz respeito meramente à questão de sua presença ou ausência no acervo de recursos técnicos empregados ao longo de um processo de análise, mas também ao tipo de interpretação, ao momento do percurso analítico em que ocorre e aos objetivos visados através dela.

Ao colocar a clivagem psíquica e o conflito intersistêmico no centro do problema sobre o uso da interpretação, surgem questões referentes aos destinos e efeitos (em termos de encaminhamento estrutural). do traumático no psiquismo. O que pudermos afirmar sobre essas questões e também sobre a recomendação técnica deve ter em consideração a qualidade e intensidade do trauma, o momento da estruturação psíquica em que incidiu e os recursos psíquicos que já se tenha alcançado (Uchitel, 2001, p. 79). Em outros termos, diante da complexidade humana e da pluralidade de fatores internos e externos que se entrecruzam com as vivências dolorosas e traumáticas, não é possível traçar rigorosa e antecipadamente os seus efeitos no desenvolvimento geral de um sujeito; tampouco é possível tirar conclusões unívocas sobre o uso da interpretação nesses e noutros casos. Daí, o fato de ser de grande merecimento uma discussão em torno da aplicação desse recurso.

Alvarez propõe precisamente que a condução da análise de crianças afetadas por experiências traumáticas responda à magnitude dos seus efeitos. Através de sua experiência analítica com crianças abusadas sexualmente, considera que “enquanto o paciente mais moderadamente traumatizado, cujo distúrbio está afetando sua personalidade no nível neurótico, pode precisar lembrar o trauma para poder esquecer, as crianças mais danificadas, cujo trauma é mais severo e mais crônico, podem precisar esquecer o trauma para poderem ser capazes de lembrar” (Alvarez, 1994, p. 61). Embora suas observações estejam claramente referidas aos casos de crianças abusadas sexualmente, pensamos que podem ter aplicação mais ampla.

A referência de Alvarez a essa dialética do lembrar e esquecer serve de alicerce para a hipótese desse trabalho sobre o ponto de incidência dos limites da interpretação, isto é, pode ser necessário regrar ou eliminar temporariamente o uso da interpretação em casos de pacientes profundamente acometidos, cujo trauma assume penosamente a dianteira de sua vida mental. Se tomarmos a necessidade de esquecer como sinônimo da

necessidade de fazer operar o recalçamento, fica claro que os mecanismos que serão desmontados nos casos mais brandos, serão, inversamente, facilitados nos mais severos, lembrando que essa recomendação, contudo, não é consensual entre os estudiosos do tema. Assim, a interpretação nos moldes clássicos estaria do lado do propósito de fazer lembrar e a sua abstenção, do lado da necessidade de permitir esquecer.

A fim de exemplificar os possíveis limites da interpretação, mencionarei contextos hipotéticos que apontam para sua inadequação mediante situações traumáticas que rendem danos severos à criança.

Imaginemos que Lia tivesse sido forçosamente despida à noite num ato abusivo e, mais precisamente, que tivesse sido vítima de abuso sexual e outros maus-tratos desde a tenra infância e de modo repetitivo, contexto propício para se instalar danos severos ao seu desenvolvimento. Provavelmente, não o diria diretamente em análise e poderia, ao invés de engajar-se no simbolismo do brincar com as bonecas, retirar a própria roupa na sessão diante da analista. Esse ato faria a analista sentir e, por isso mesmo, lhe comunicaria o susto, o espanto, o desnorreamento diante de uma situação imprevista que a criança teria outrora experimentado traumáticamente. Nesse caso, aceitar experimentar aqueles afetos, suportá-los de um modo que a criança não pôde e emprestar-lhe as palavras que nomeiam o que sentira seria, creio, mais promissor do que tentar convocar a lembrança da cena original.

As possibilidades de intervenção apontadas até aqui vão mostrando como não estamos discutindo apenas a dicotomia interpretar ou não interpretar. Poderíamos fomentar a discussão, colocando-a nos seguintes termos: ao se fazer uma interpretação no nível da relação transferencial ou dentro do roteiro lúdico, quando complementá-la apontando secundariamente elos com o passado histórico inferido/sabido do paciente? Interpretar a nível da relação transferencial seria mais promissor do que fazê-lo em referência direta à situação e aos objetos originais deslocados para a sessão? Esta dúvida técnica é exemplificada por Alvarez, que interroga: “Quando a criança abusada [sexualmente] começa a abusar de nós na contratransferência, quando a terapeuta deve lembrá-la de que é do abuso sofrido que ela está fugindo, e quando deve permanecer em silêncio e comentar apenas o fato de que ela parece ter prazer em fazer essa coisa desagradável com a terapeuta?” (1994, p. 164, 165). Questões similares podem ser formuladas no caso da criança pretender provocar impacto na analista, retirando a própria roupa ou, ainda, no caso de dramatizar o abuso, retirando a roupa das bonecas-meninas.

Remontar à situação traumática talvez desmontasse o único contexto em que para a criança era suportável tocar nessa questão tão dolorosa. Antes de lembrar-se efetivamente da situação traumática, de poder ouvir e dizer algo sobre ela e, portanto, antes da interpretação poder incidir eficazmente, talvez a criança precisasse dar alguns passos com a ajuda da terapeuta.

Por exemplo, é necessário que os danos cognitivos sejam em alguma medida mitigados, de modo a favorecer o próprio exercício de pensar. A criança, cuja capacidade de representação esteja muito prejudicada, não conseguirá apanhar o significado das palavras do analista em conexão com suas vivências. Também pode ser o caso de ainda precisar conectar os diferentes aspectos de suas experiências dolorosas, assim como progredir na formação de sua unidade corporal e identitária. Além disso, pode ser necessário desenvolver noções que as situações de maus tratos excluem e contrariam, como as de cuidado e proteção.

Nesse percurso, não cabe ao analista passar à frente da criança, abordando os aspectos compreendidos numa experiência de abuso, como a dor, as ameaças, o medo, e daí em diante. Uma interpretação, percebera Freud, não deve ser dada anteriormente ao momento em que o paciente está perto de alcançá-la. Nos casos de abuso ou outros maus-tratos e, mais precisamente, diante de toda criança, devemos ter em consideração que as palavras também podem ser invasivas, também podem violentamente «penetrar» os ouvidos e o corpo da criança. De modo correlato, a espera paciente e não inerte por parte do analista pode tornar-se signo de respeito pela temporalidade própria da criança e medida indispensável à superação da dor de ter tido seu corpo e sua meninice violados.

Referências bibliográficas:

ALVAREZ, Anne. *Companhia viva: psicoterapia psicanalítica com crianças autistas, borderline, carentes e maltratadas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

FREUD, S. (1915). *O inconsciente*. In: _____. Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. vol. XIV.

KLEIN, Melanie (?). *A técnica de análise no período de latência*. In: _____. A psicanálise de crianças. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

_____(1955). A técnica psicanalítica através do brincar: sua história e significado. In: _____. *Inveja e gratidão e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

DITTMAR, Maria do Carmo Vidigal Meyer. Escuta e interpretação na análise de crianças: primeiras aproximações. In: GUELLER, Adela de Stoppel de; SOUZA, Audrey Setton Lopes de Souza. *Psicanálise com crianças: perspectivas histórico-clínicas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

PETOT, Jean-Michel. *Melanie Klein I*. São Paulo: Perspectiva, 1991- 2v.

UCHITEL, Myriam. *Além dos limites da interpretação: indagações sobre a técnica psicanalítica*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

_____. *Neurose traumática: uma revisão crítica do conceito de trauma*. São Paulo: Casa do psicólogo, 2001.
